



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 7, v. I maio-out. 2017

p. 192-214.

Do amor entre mulheres: narrativas de amores e lesbianidades

Danielly Christina Souza Mezzari¹

Leonardo Lemos de Souza²

RESUMO: Este texto é fruto de uma dissertação de mestrado que se propôs a pensar as relações amorosas entre mulheres. Conversamos com cinco mulheres lésbicas sobre relacionamentos amorosos e construímos narrativas sobre suas histórias em parceria com cada uma delas de maneira que o texto final foi produto de um encontro de afetos e estilos. Optamos por pensar, neste artigo, acerca das lesbianidades e apresentar algumas discussões que foram produzidas por meio da construção dessas narrativas.

PALAVRAS-CHAVE: Lesbianidades; Narrativas; Relacionamentos amorosos.

Abstract: This text is the result of a master's thesis that proposed to think about the love relations between women. We talked to five lesbian women about love relationships and built narratives about their stories in partnership with each other. The final text was the product of a meeting of affections and styles. We chose to think in this article about the lesbianities and to present some discussions that were produced through the construction of these narratives.

Keywords: Lesbianities; Narratives; Love relationships.

Resumén: Este texto es el resultado de una tesis que intenta pensar las relaciones de amor entre mujeres. Hablamos con cinco mujeres lesbianas acerca de relaciones amorosas y escribimos narrativas sobre sus historias en colaboración con cada una de ellas de manera que el texto final fue producto de un encuentro de afectos y estilos. Elegimos pensar, en este artículo, sobre las lesbianidades y presentar algunas de las discusiones que producimos por medio de la construcción de estas narrativas.

Palabras clave: Lesbianidades, Narrativas, Relacionamientos amorosos.

¹ Graduada em psicologia pela Universidade Estadual do Centro-oeste. Mestranda em psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: Danielly_mezzari@hotmail.com

² Doutor em educação pela Universidade Estadual de Campinas, psicólogo e mestre em psicologia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, realizou estágio pós-doutoral no Departamento de Psicologia Básica da Facultat de Psicologia da Universitat de Barcelona- UB. Atualmente é professor assistente da Universidade Estadual Paulista - UNESP atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia. E-mail: leo.lemos.souza@gmail.com

Recebido em 01/02/17

Aceito em 03/04/17

Esta pesquisa trata sobre mulheres e amores, mas não só. Gostaríamos que o esforço que aqui foi feito seja reconhecido como um encontro de várias forças que se atravessam e não simplesmente se complementam. Conversamos com mulheres que se relacionam afetivamente com outras mulheres e procuramos criar um espaço para que suas compreensões e experiências pudessem produzir conhecimento junto com as nossas. Há, é verdade, a pesquisadora e as participantes. Sabemos quem são elas? Quem produz uma pesquisa se eu me confundo com o objeto ao qual essa pesquisa se volta. Com isso não queremos negar as relações de poder que já são fortemente consolidadas nos nossos contextos e que nos marcam e estabelecem limites e restrições. Sabemos que há diferenças, apenas não sabemos muito bem quais são elas. Como desenhá-las?

Algumas preocupações/indagações nos guiam ao longo desse processo. Quem somos nós? Quem são elxs? Quais os perigos, as potências, de assumirmos um lugar? Este é um texto que se propõe a pensar, dentre outras coisas, no amor entre mulheres. O que isso significa? O que significa ser uma mulher que se assume como lésbica e produz uma pesquisa sobre outras mulheres que também chamam para si essa identidade? E o que são as identidades? Como subvertê-las sem negá-las absolutamente? Queremos negá-las?

Tenho uma história. A história de um corpo marcado. De um corpo branco se movendo em uma sociedade racista, de um corpo já assinalado desde antes de nascer como feminino, lapidado para a gentileza, a delicadeza, para traços finos. Uma história com um pai e uma mãe, classe média, preocupadxs em prover para suas filhas tudo aquilo que considerassem necessário, e até mais. Tenho uma história de fracasso. De fracasso em sustentar um modelo de existência que me fazia sentir vergonha dos meus desejos. Que me apontava ainda criança como masculina demais para uma menina. Que fez a minha família sentir a necessidade de me curar do que eu sentia. Como pensar a produção de um desejo? Sou branca, mulher, sapatão, psicóloga, classe média... Existe algum traço fundamental que conecta em uma mesma experiência todas as sapatões? Como pensar os atravessamentos de todos esses marcadores na produção de um desejo, de uma pesquisa, na produção de uma vida?

Meu corpo é bastante conformado. Com isso quero dizer que geralmente a minha presença nos espaços não causa desconforto ou reações de ódio, de desprezo, a não ser que eu esteja com a minha namorada ou com algum grupo de amigxs. Sou branca, magra e ainda que não me enquadre perfeitamente na performatividade que se espera de uma mulher, as pessoas olham para mim e enxergam uma mulher tranquilamente. Digo isso porque percebo que muitas vezes sou vista como



alguém merecedora de respeito, “ainda que lésbica”, justamente por essas características. Tenho uma namorada, sou psicóloga, mestranda... e sapatão. Ecoando umas das preocupações de Butler (2016), pergunto-me também: quem conta como sujeito? Onde está a fronteira que delimita quais vidas valem a pena? Em que momentos passo a ser vista como o “outro”, o abjeto, que precisa ser destruído, ridicularizado, humilhado?

Procuraremos estabelecer um diálogo tendo como ponto de partida prioritário os estudos feministas e queer. Acreditamos na necessidade e na potência de repensar os limites que nos constituem, de produzir uma crítica que, assim como deseja Foucault (1980), não tenha como pressuposto fazer julgamentos, mas fazer existir. Que tenha como objetivo expor os limites e os moldes pelos quais produzimos conhecimento (BUTLER, 2013).

Assumimos, seguindo Esteban (2011), que há uma configuração amorosa dominante que atua na constituição de normas, leis e também na conformação de identidades e da própria concepção do que significa ser humano e ser um homem ou uma mulher. Mas nos perguntamos também, e nos interessamos, pelas rupturas desse sistema. É preciso traçar linhas de fuga, o que não significa viver nos fluxos, sem construir uma morada. Apostamos na necessidade de “ter autonomia de vôo, um vôo onde o encontro com o irredutivelmente outro nos desterritorializa” (ROLNIK, 1986, pág. 08). Mas sabemos que isso por si só não é suficiente. Como nos diz Rolnik, é preciso conciliar os processos de desterritorialização com a construção de territórios. Nesse sentido, não queremos produzir oposições entre aquelas histórias e corpos considerados subversivos e aqueles considerados normalizados. Butler (2006) nos explica que uma norma impõe, de certa maneira, um regime de legibilidade e define os parâmetros do que será reconhecível ou não dentro de um determinado contexto. Dessa maneira, estar fora da norma, para a autora, implica em estar, ainda assim, definido por ela de alguma forma. O que queremos é ver proliferar outras possibilidades, acompanhar os percursos de múltiplos caminhos e não decidir qual é o mais apropriado, o mais subversivo.

Acreditamos na relevância desta temática e, se a elegemos enquanto um campo de estudo, não foi por desejarmos criar uma definição sobre o que é ser lésbica, quem são elas ou o que é estar em um relacionamento entre mulheres. Acreditamos, ao invés disso, na potência deste trabalho enquanto uma possibilidade de se produzir questionamentos às normas de gênero, sexuais, à heteronormatividade e ao próprio pensamento amoroso.



1. Lesbianidades

Como nos adverte Platero (2008), o termo “lésbica” faz referência a um sujeito que é produto da construção de uma identidade contemporânea e que é própria do ocidente. Platero nos explica que o termo é uma categoria de análise importante e também problemática já que está inserido em um pensamento baseado em classificações binárias em que cada conceito de um par classifica e aponta para aquilo que o sujeito não é mais do que para aquilo que é. Já está bastante estabelecido que, apesar de o conceito “lésbicas” ser usado para marcar experiências muito diversas, o que torna difícil estabelecer contornos ou fronteiras rígidas, ele contém também uma utilidade estratégica (PLATERO, 2008). Historicamente sabemos muito pouco sobre lesbianidades e ainda há muito a ser descoberto e criado. Dessa maneira, apesar dos esforços para “não fixar identidades e aprisionar as sexualidades” (SOARES, SARDENBERG, 2010, pág. 14), consideramos importante a identificação das mulheres lésbicas enquanto sujeito político.

Para além disso sabemos que a negação da existência lésbica tem uma larga história (JULIANO, OSBORNE, 2008), o que torna ainda mais necessário trazer à tona suas/nossas experiências. Afirmamos, juntamente com Fernando Silva Teixeira Filho (2011), que o direito ao prazer faz parte da nossa saúde mental, que cada pessoa tem o direito de amar, dentro das relações consensuais e entre pessoas capazes de responder por seus atos, da forma como achar melhor. Sendo assim, gostaríamos de pensar aqui sobre a sexualidade tendo como parâmetro, como ainda nos diz Teixeira Filho, que a impossibilidade de exercê-la da forma como acharmos melhor interfere na nossa saúde mental e não a necessidade de explicar ou de aprofundar os conhecimentos acerca da existência de uma pretensa sexualidade homossexualidade, heterossexualidade ou bissexualidade.

De acordo com Paulo Roberto Ceccareli (2008), o advento do cristianismo fez da homossexualidade um pecado e, em vários períodos, um crime passível de morte. O autor afirma que a noção de sexualidade “normal” é uma construção sócio-histórica que tem como base uma concepção teológica, a qual postula a existência de uma inclinação natural nas coisas. A psiquiatria dá continuidade a esses posicionamentos. No entanto, se antes os “desviantes” deveriam ser punidos pelos seus pecados, agora, com o advento da psiquiatria, eles precisam ser tratados. Almeida (2009) nos diz que a reprodução foi o tema principal nos estudos e intervenções médicas sobre a mulher no século XIX e no começo do XX, de modo que as experiências lésbicas estiveram fora de foco. Para além disso, como continua o autor, a homossexualidade era vista como uma patologia que “‘uma boa intervenção higienista’ poderia suprimir (ALMEIDA, 2009, p. 304).



Dolores Juliano e Raquel Osborne (2008) afirmam que historicamente a homossexualidade foi considerada um delito, no entanto, quem sofria as sanções legais eram os homens. Tendo em vista isso as autoras se perguntam por que sociedades que foram obcecadas com o controle da sexualidade, principalmente das mulheres, simplesmente fecharam os olhos para a homossexualidade feminina. Uma possível explicação, para as autoras, tem a ver com a construção de modelos de gênero. Elas afirmam que uma sociedade que tomou o masculino como modelo hegemônico e universal gera, ao mesmo tempo, um padrão de beleza e de desejo que se centra na exaltação do corpo feminino, mas enquanto um objeto. Nesse sentido, tanto homens quanto mulheres compartilham desse ideal, o que muda é apenas a identificação. Para Juliano e Osborne, uma sociedade que liberava os homens da necessidade de corresponder a um padrão de beleza cria as condições para que mulheres se sintam atraídas por outras mulheres, de maneira que a lesbianidade pode ser interpretada como um triunfo da cultura, ainda que não um resultado esperado. Para solucionar isso, as autoras nos dizem que existiam duas opções: transformar os modelos de masculinidade existentes para fazê-los mais atraentes, que é o que elas acreditam estar acontecendo atualmente, ou ignorar os resultados que não eram os esperados. A lesbianidade assinalava uma falha no modelo. Reconhecer sua existência, como nos dizem as pesquisadoras, implicava em assumir que as mulheres possuíam iniciativas sexuais e, além disso, estavam trilhando caminhos diferentes daqueles assignados para elas.

Podemos perceber, por exemplo, que no caso dos gays e das prostitutas a estratégia passa muito mais pela visibilização desses grupos e pelas conseqüentes sanções por ousarem existir. Uma das grandes diferenças que se observa no que se refere às lésbicas é justamente sua ausência sistemática em discursos sociais (JULIANO, OSBORNE, 2008). As autoras afirmam que a invisibilização não é uma consequência de opções individuais, mas sim a principal estratégia para neutralizar ou minimizar o impacto da autonomia sexual das mulheres.

Consideramos de extrema importância nos atentarmos para a afirmação de Daniel Borrillo (2010) de que a homofobia pode ser compreendida como um dispositivo de vigilância dos gêneros, o qual atinge todas as pessoas, independente de orientação sexual. De acordo com o autor, a diferenciação homo/hetero serve, sobretudo, para organizar um regime de sexualidades em que os comportamentos heterossexuais (desde orientação do desejo até os comportamentos sociais) são valorizados e tidos como referência. Dessa forma, a homofobia atua como uma espécie de guardiã das fronteiras sexuais, o que faz com que ela atinja não só os homossexuais, mas todas as pessoas que de alguma forma transgridam estas fronteiras.



O conceito de homofobia pode ser problemático, como asseveram Colling e Nogueira (2015), pela associação do termo “fobia” ao campo do patológico, remetendo a um problema individual muito mais do que a uma produção cultural marcada pelas normas vigentes em torno das sexualidades e dos gêneros. Para além disso, o prefixo “homo”, no nosso país, faz menção muito mais a homossexuais masculinos (COLLING, NOGUEIRA, 2015) e pode operar de modo a invisibilizar uma multiplicidade de outros sujeitos, o que provocou o surgimento de outros conceitos como: lesbofobia, transfobia, bifobia, etc. Os autores afirmam que Borrillo reconhece essa problemática, no entanto, decide pelo uso da palavra homofobia por razões de economia da linguagem. Para Colling e Nogueira, esse argumento é bastante questionável tendo em vista, aludindo aos trabalhos de Butler e Foucault, que a linguagem é atravessada pelas relações de poder e marcada pelas normas de gênero e sexuais.

No que se refere especificamente às lesbianidades, Gimeno Reinoso (2005, apud TOLEDO, FILHO, 2010) considera que a existência lésbica é permitida desde que ela não rompa com os padrões heteronormativos, de forma que os homens possam desfrutar dela. Para Toledo e Teixeira Filho (2010), as expressões de lesbianidades que fogem à norma ou são invisibilizadas ou são alvos das mais diversas formas de violência. As/os pesquisadoras/es afirmam que muitos estudos demonstram que na maioria das civilizações a dominação masculina ainda é um fenômeno determinante nas relações entre os sexos e gêneros, o que faz com que cause espanto, para aqueles inseridos nessa lógica, o fato de uma mulher preferir estar com outra mulher a estar com um homem, principalmente se essa mulher corresponder aos padrões de gênero estipulados para ela.

Daniel Borrillo (2010) considera que a violência específica sofrida pelas lésbicas, a lesbofobia, acontece pelo fato de serem mulheres e homossexuais. De acordo com F. Guillemaut (1994), citado por Borrillo, o que caracteriza a lésbica nas relações sociais é, em razão de sua feminilidade, seu silenciamento e sua invisibilidade. Borrillo, ainda, afirma que o que parece estar no âmago da lesbofobia é justamente o fato de essa sexualidade ser invisibilizada. Para o autor, se as lésbicas foram visivelmente menos perseguidas do que os gays isso não deve ser interpretado como decorrente de um preconceito mais brando, pelo contrário:

Essa indiferença nada mais é do que o sinal de uma atitude que manifesta um desdém muito maior, reflexo de uma misoginia que, ao transformar a sexualidade feminina em um instrumento do desejo masculino, torna impensáveis as relações erótico-afetivas entre mulheres (BORRILLO, 2010, pág. 28-29).



O autor assevera, ainda, que esse desdém se transforma em violência quando as mulheres contestam e rejeitam o status atribuído ao seu sexo, ou seja, o de serem esposas e mães. Gloria Anzaldúa (2004) narra uma cena de uma experiência que consideramos bastante pertinente para essa discussão. Em uma faculdade em que dava aula, algumas professoras e alunas heterossexuais mais conservadoras ficaram escandalizadas ao saberem que havia professoras lésbicas no curso. Ela e mais uma professora e duas alunas declaradamente lésbicas se reuniram com essas mulheres para discutir seus medos. Uma delas contou que acreditava que homofobia significava medo de voltar para casa, fazendo uma analogia entre “home” e “homo” em inglês. A autora considera essa interpretação bastante ilustrativa quando pensa no medo que temos de voltar para casa e não sermos aceitas, temos medo de ser abandonadas pela nossa mãe, nossa família, nossa cultura, temos medo de ser rechaçadas, consideradas culpadas, medo de ser machucadas.

Consideramos importante, neste momento, diferenciar os conceitos de heterossexualidade compulsória e heteronormatividade tendo em vista que já fizemos algumas pontuações acerca do conceito de homofobia e que, muitas vezes, esses três conceitos são confundidos ou tomados como sinônimos. A heterossexualidade compulsória consiste na demanda de que “todos os sujeitos sejam heterossexuais, isto é, se apresenta como única forma considerada normal de vivência da sexualidade.” (COLLING, NOGUEIRA, 2015, pag. 178). A heterossexualidade, como explicam os autores, acaba por ser naturalizada e tornada compulsória. Um exemplo de como isso ocorre é a curiosidade manifesta frequentemente de encontrar uma causa para a homossexualidade. Lembrome de uma sessão de psicoterapia em que minha terapeuta se indagava acerca de quando eu teria começado a desenvolver “o homossexualismo”, em seus termos. Ao fazer isso ela afirmava, ainda que talvez sem perceber, a heterossexualidade enquanto representativa de um “desenvolvimento normal” ao mesmo tempo em que apontava a homossexualidade como uma falha ou um desvio nesse padrão.

Já a heteronormatividade se refere a uma “ordem sexual [que] exige que todos, heterossexuais ou não, organizem suas vidas conforme o modelo “supostamente coerente” da heterossexualidade” (COLLING, NOGUEIRA, 2015, pág. 181). Se a heterossexualidade obrigatória faz menção a uma norma que força a heterossexualidade para todas as pessoas, a heteronormatividade se refere a imposição de uma forma de organizar nossas vidas pautada pelo modelo heterossexual. A heterossexualidade passa a ser compreendida, então, “como um modelo político que organiza nossas vidas” (COLLING, NOGUEIRA, 2015, pág. 182). Nesse sentido, ainda que as pessoas não sejam heterossexuais, elas devem apresentar uma linearidade entre sexo e gênero. Como nos dizem os



autores, um homem, por exemplo, pode ser homossexual, desde que ele não seja afeminado, nem se interesse por nada considerado do universo feminino, que deseje casar e ter filhxs, etc.

Facchini (2010), ao falar sobre as interlocuções entre Movimentos Sociais e Estado nos fala sobre a importância de se flexibilizar perspectivas essencialistas, e que acabam dando ênfase a comportamentos e identidades, para começarmos a pensar mais em contextos que geram vulnerabilidades do que em sujeitos vulneráveis. É preciso ter cuidado, como alerta a autora, para não se tomar o conceito de vulnerabilidade como algo inerente a determinados grupos e não como proveniente de uma articulação entre níveis individuais, sociais e programáticos.

Em outro momento, Facchini (2008) alega que no que diz respeito à “homossexualidade feminina” muitas das práticas realizadas pelas mulheres não são consideradas sexuais, tanto pelo senso comum quanto por profissionais da saúde, por exemplo, que tendem a considerar que um ato sexual envolve necessariamente um pênis penetrando uma vagina ou um ânus. A autora nos explica que há várias questões a serem consideradas para se qualificar um encontro, um ato ou uma relação como sexual ou não, tais como: o contexto em que ela ocorre, o grau de intimidade entre as pessoas envolvidas, o fato de as pessoas estarem ou não vestidas, terem ou não orgasmos, etc. O modo como esses elementos se combinam e se atravessam varia e não é possível estabelecer um parâmetro rígido para dizer o que é ou não é considerado sexo.

Platero (2009) aborda um tema que consideramos essencial para pensar sobre lesbofobia, a saber: a masculinidade em biomulheres³. A autora nos diz que a masculinidade nos corpos de biomulheres está no campo do inassimilável, de maneira que a percepção social de suas vidas está sempre rodeada de suspeitas e inadequação. Para Halberstam (2008), na nossa sociedade a masculinidade se associa ao poder, à legitimidade e ao privilégio e se vincula simbolicamente ao poder do Estado. No entanto, há várias outras possibilidades de identificação no que se refere à masculinidade e que diluem ou dispersam o seu poder em relações de classe, raça, gênero e sexualidade. Ela só se torna inteligível enquanto tal quando se abandona o corpo do homem branco de classe média. Halberstam afirma que a masculinidade feminina desafia o êxito dos modelos hegemônicos que ditam como devem ser os gêneros. Para além disso, ela é depreciada tanto por perspectivas heterossexistas quanto feministas (HALBERSTAM, 2008). Em contextos lésbicos,

³ Platero afirma que o termo “biomulheres” é problemático por acabar remetendo de alguma maneira a “mulheres verdadeiras” como se todas as mulheres (e pessoas) não fossem, de fato, entes biológicos. No entanto, nos diz que essa foi a melhor maneira que encontrou de se referir a sujeitos que foram designados mulheres ao nascer. (Nota do editor: nesse momento ainda não estava difundido o conceito de cisgênero)



como nos diz ainda Halberstam, a masculinidade feminina é muitas vezes tratada como uma intervenção patriarcal nas mulheres, as quais acabariam por reproduzir misoginia. Platero (2009) afirma que a masculinidade feminina sempre se apresenta como algo negativo, perigoso e que precisa ser corrigido. Para Platero, a representação da masculinidade em mulheres como algo rechaçável e da lesbianidade como algo trágico acaba por alimentar um mecanismo que justifica a lesbofobia e a transfobia enquanto formas de controle social. Para além disso ela implica em uma ruptura com modelos binários de identificação e questiona normas, tais como a heterossexual e da diferença sexual o que causa, como nos diz Platero, uma reação por parte dos seus guardiães para manter a legitimidade destas.

2. Dialogando

Conversamos, ao longo do processo da pesquisa, com sete mulheres, das quais cinco se comprometeram com a criação das narrativas. O contato foi feito inicialmente por grupos de Facebook. Divulgamos a pesquisa por meio deles e esperamos que as pessoas manifestassem interesse. Depois disso, marcamos sessões individuais de conversas com as sete mulheres que se dispuseram a participar. Todas as participantes são universitárias ou recém-formadas e no momento da entrevista residiam na mesma cidade.

As sessões de conversa foram realizadas nos espaços da universidade e gravadas apenas para facilitar a criação das narrativas posteriormente. Essas foram escritas da seguinte maneira: a conversa com cada participante foi transcrita e a pesquisadora, a partir daí, criou uma narrativa para cada uma delas. Feito isso, enviamos às participantes com mais alguns questionamentos e comentários que surgiram após a escritura do texto. Elas o leram e o reescreveram da maneira que acharam melhor, assim como puderam retirar partes que não consideravam pertinentes ou fazer quaisquer outras alterações que considerassem necessárias. Depois dessa etapa a pesquisadora reorganizou o texto com as considerações das participantes e criou uma versão final, a qual foi reenviada para que cada uma pudesse aceitá-la ou alterá-la novamente.

Pretendíamos conversar principalmente sobre amor e relacionamentos amorosos, mas será possível notar que as mulheres com quem conversamos falaram sobre várias outras questões tais como: aceitação, relações familiares, amizades, identidades e discriminações. Mais importante que isso, consideramos também que, ao exporem suas próprias experiências e concepções, elas não falam apenas em nome próprio, mas trazem à tona multidões. Não nos faz sentido pensar uma



narrativa enquanto representante de um indivíduo. Elas dizem respeito muito mais a processos e a contextos, agenciamentos. Que tipo de conexões é possível produzir em determinadas circunstâncias? Há ainda conexões parciais produzidas entre pesquisadora e participantes. A elas foram entregues um texto sobre suas próprias falas escrito por outras mãos. Transformaram-no como bem entenderam e devolveram uma outra coisa. Produzimos deslocamentos. Antes de finalizar as narrativas perguntamos a cada participante qual o nome que gostariam que compusessem seus textos, tendo em vista o sigilo acordado entre nós. Algumas delas fizeram uma escolha e outras preferiram que nós escolhêssemos.

2.1 Identidades

As cinco participantes desta pesquisa se posicionam de maneiras muitas vezes distintas com relação às suas experiências e concepções no que se refere aos gêneros e identidades. Podemos perceber momentos de negação e resistência da fixidez e enrijecimento das normas e também momentos em que, por meio destas normas, elas conseguem atribuir sentido e legitimidade para o que vivem e sentem. Manoela, por exemplo, se incomoda com a atribuição de rótulos e considera que o mundo seria um lugar melhor se pudéssemos abdicar deles:

Não gosto muito de rótulos como lésbica, hetero, bi. Posso ser cada um deles ou nenhum. Posso ser várias coisas. Identidade é uma palavra que não gosto. Essa ideia de ter que se ser fixo em relação ao sexo biológico ou aos aspectos sociais e culturais me incomoda. Penso em um mundo em que as pessoas deveriam nascer sem rótulos: HOMEM? MULHER? GAY? TRANS? LES? BI? CIS? TRAVESTI? Acredito que deveríamos educar as crianças desde seu nascimento sem essas categorias. Seja quem desejar ser, se relacione com quem quiser, faça sexualmente o que aguentar... Sinceramente desejo um mundo mais livre. (Manoela).

Manoela afirma que pode se atribuir cada um dos rótulos que cita e, ao mesmo tempo, pode também abdicar de todos eles. Desta maneira, ela se autoriza a deslizar pelos rótulos e a se demorar apenas o tempo que considerar necessário. Gracia Trujillo (2008) nos fala sobre um grupo de ativistas lésbicas denominado “LSD” que adotava como estratégia, para lidar com os limites da identidade, justamente uma alteração constante do nome do grupo. Ao fazer isso, elas produziam uma crítica à fixidez das identidades, mas também apontavam para possibilidades de negociações dos possíveis significados destas.

Como lesbianas queer, y a diferencia del lesbianismo feminista que introdujo aportaciones esenciales acerca de las diferencias de género, vemos el género como un “juego”, jugamos con los signos y los



símbolos cuyos significados son constantemente redefinidos y negociables – elige y cambia -. De aqui que LSD tenga casi siempre significados diferentes, lo único que se mantiene es Lesbianas. (LSD, 1994, apud TRUJILLO, 2009, pág. 113).

Preciado (2011) afirma que o queer se utiliza tanto de estratégias hiperidentitárias quanto posidentitárias. A política *queer* não se assenta sobre identidades “naturais” nem sobre definições de práticas sexuais “mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais” (PRECIADO, 2011, pág. 16). As estratégias hiperidentitárias tem a ver com a reivindicação da diferença como forma de protesto e de visibilização (TRUJILLO, 2008). Nesse sentido, consideramos que a afirmação e experiência no ambiente de trabalho da participante Ana pode nos ajudar a visualizar a problemática dos limites que a atribuição de identidades nos impõe:

Entendo que, nesse espaço de trabalho, há uma mentalidade meio contraditória: ao mesmo tempo em que as pessoas esperam que a mulher lésbica não ‘dê pinta’ de lésbica, ou seja, não contenha aqueles atributos masculinizados que fazem com que a normatividade a identifique como alguém que tem uma sexualidade diferente da sua, a mulher lésbica talvez adquira outra carga de respeito quando tem esse estereótipo, talvez por sanar a necessidade das pessoas em saber ‘o que a pessoa é’. As pessoas gostam daquelas que se assumem, ou necessitam daquelas que se definam. (Ana)

Desde a perspectiva de Ana podemos perceber uma alusão a cobranças sociais para que nos enquadremos em determinadas categorias. Sejam aquelas socialmente desejáveis ou aquelas que são rechaçadas e marginalizadas. Ana também afirma em sua narrativa que não corresponde ao estereótipo de sapatão e que isso lhe causa dificuldades nas suas relações pessoais e de trabalho justamente porque necessita marcar com muita frequência o fato de que se relaciona com mulheres e não com homens:

Pra mim, sinto essa dificuldade maior, por cansaço de discurso mesmo. Ouvir ‘mas será? Você nem parece’ e além disso, a visão do homem acaba sendo muito cheia de fetiches. Esse é o real motivo pelo qual não exponho minha sexualidade, pois ela vem embutida com o próprio machismo e também o racismo. Falar que se tem uma relação com uma mulher, contendo atributos tão femininos me abriram para assédios de homens, e para as mulheres, um distanciamento, uma falta de confiança, sobretudo, mulheres casadas. (Ana)

Muitas vezes assume-se que mulheres lésbicas são aceitas desde que não rompam com padrões de feminilidade. No entanto, Ana aponta para uma problemática que vai para além disso, ao falar sobre o que chama de uma visão muito cheia de fetiches dos homens. Na mesma direção,



Platero (2008) nos fala sobre a representação das lésbicas nos meios de comunicação e afirma que elas estão construídas assentadas em arquétipos e imagens estereotipadas. São feitas pensando em uma audiência heterossexual e têm como aspecto característico o reforço da feminilidade das lésbicas pensadas tanto como objetos de desejo masculino quanto estando dentro de padrões desejáveis para as mulheres: serem esposas e mães (PLATERO, 2008). Como consequência disso Platero nos diz, aludindo a Suzanna Danuta Walters, que a visibilidade lésbica muitas vezes promove a deslesbianização das lésbicas. Ana aponta para isso na sua narrativa ao dizer que, por não ser identificada como lésbica em razão da sua feminilidade, ela acaba não dando conta de expor sua sexualidade com frequência. Ao fazê-lo ela precisa lidar tanto com o machismo, que faz com que os homens fetichizem seu corpo e seus relacionamentos, quanto com o racismo, que promove uma sexualização ainda maior do corpo da mulher negra.

Podemos perceber também movimentos de aproximações entre expressões de gênero e sexuais nas falas das participantes. Noeli pode atribuir sentidos às suas experiências na infância ao relacioná-las com a sua sexualidade:

Descobri-me lésbica desde pequena. Lembro-me de que quando criança nunca participava de nenhuma brincadeira feminina e vivia no meio dos meninos. Gostava de jogar bola, brincar de esconde-esconde, etc., e nunca aceitei alguém me falar o que deveria fazer ou não por ser mulher. (Noeli).

Apesar de, no caso de Noeli, essa aproximação servir como respaldo para que ela pudesse organizar e atribuir sentido ao que já viveu, consideramos necessário contrapor esse trecho de sua narrativa com outros discursos. Gênero e sexualidade atuam enquanto princípios organizadores do nosso mundo. Cristiane Gonçalves da Silva (2015) nos explica que nossa cultura divide os indivíduos entre homens e mulheres tomando por base diferenças anatômicas. Para além disso, constrói-se também um modo de ser “masculino” e de ser “feminino” conforme o desempenho de determinados papéis e comportamentos estabelecidos para homens e mulheres. No entanto, nem a sexualidade, nem nossos desejos e experiências estão determinadas social ou biologicamente, de maneira que nem sempre encontramos uma coerência entre ser feminina/gostar de homens, ser masculino/gostar de mulheres (SILVA, 2015).

Podemos perceber que as normas sexuais e de gênero atuam conformando todos os corpos, e não apenas aqueles que apresentam uma coerência entre sexo-gênero-desejo. Como nos explica Richard Miskolci (2009), a heteronormatividade exprime as expectativas e imposições provenientes do pressuposto da heterossexualidade enquanto natural. Mais do que isso, “heteronormatividade é



um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto.” (MISKOLCI, 2009, pág. 156.) Dessa maneira, ela tem como principal objetivo criar sujeitos heterossexuais ou sujeitos que organizem suas vidas dentro de um padrão e modelo heterossexual.

Nesse sentido podemos dizer que as pessoas que não são heterossexuais são de certa maneira coagidas, muitas vezes, nos ambientes em que habitam, a não deixar escapar nenhum indício de suas possíveis transgressões à norma, de maneira que, se não são heterossexuais, que pelo menos pareçam ser.

2.2 Discriminação

Gostaríamos de começar esse tópico com um trecho da narrativa de Marta, o qual consideramos muito pertinente para dar início a essa discussão:

Na universidade é muito tranquilo a convivência com as pessoas, nunca passei por nenhum problema por ser lésbica. Na escola onde faço estágio eu nunca me identifiquei como lésbica para os outros professores ou para os alunos, tanto por achar que não há necessidade quanto por receio de desenvolverem algum bloqueio comigo por conta disso. (Jéssica).

Podemos observar, pelo trecho destacado, que Marta se assume na universidade, mas não no ambiente de trabalho, o que nos leva a pensar que a manifestação de preconceitos e discriminações não estão dadas e nem são provenientes de indivíduos simplesmente. São antes disso, contextuais e atravessadas por diversos outros fenômenos. É importante notarmos que Marta afirma que, para além do receio que sente de que as pessoas em seu trabalho desenvolvam alguma espécie de bloqueio na relação com ela, há também uma compreensão da participante de que não há motivos para se expressar no que se refere à sua orientação sexual nesse ambiente. No entanto, podemos nos perguntar por que isso muda no espaço da universidade, por exemplo. Que tipo de relações se estabelecem nesses dois lugares que provocam reações opostas de Marta sobre uma mesma questão?

Machado (2015) nos explica que existem, nos espaços pelos quais circulamos, mecanismos que procuram garantir que as pessoas que os ocupam correspondam a um determinado perfil, de acordo com as normas de funcionamento vigentes naquele espaço. Acontece que esses mecanismos quase nunca são visíveis e, por esse motivo, acabam sendo ainda mais nocivos e exercem poder de maneira mais incisiva sobre a configuração das performances dos sujeitos. Fazendo alusão ao conceito de violência simbólica, proposto por Bourdieu (1970), a autora assevera que a



heteronormatividade funciona como mecanismo produtor também de violência simbólica ao definir a heterossexualidade como um pilar na organização das relações, de maneira que outras formas de se relacionar são caracterizadas como “anormais” ou “desviantes”.

Joseli Maria Silva (2013) afirma que o espaço é composto e compõe a heteronormatividade, no entanto, pode também subvertê-la. Para a autora, os discursos estabelecem horizontes e limites dentro dos quais determinados pensamentos e ações são tomados como naturais. Michel Foucault (1996) afirma que, apesar de o discurso poder parecer pouca coisa, as interdições que o alcançam nos mostram sua ligação com o desejo e o poder. Como nos diz o autor, não temos o direito a dizer tudo o que queremos, de falar o que quisermos em todas as circunstâncias, e nem é qualquer pessoa que pode falar de qualquer coisa. Para Silva (2013), se o espaço discursivo é produzido por meio de relações de poder, então é possível afirmar que ele é heteronormativo tendo em vista que o padrão instituído na nossa sociedade é a linearidade entre sexo, gênero, desejo e prática sexual (BUTLER, 2006).

Malu também nos fala sobre essa problemática em ambientes para além do universo do trabalho e da diferença que sente quando aparece publicamente com sua namorada:

É diferente a maneira como me tratam aqui na Universidade e no parque onde corro todos os dias, por exemplo. Sinto que as pessoas me olham com curiosidade, até porque tenho o cabelo curto, não uso roupas consideradas femininas. Mas sinto também um olhar de repreensão. Já quando estou com a minha namorada é bem pior, olham para nós duas com desprezo. (Malu).

Platero (2009) nos diz que a apropriação da masculinidade por corpos que rompem de alguma maneira com o pressuposto da feminilidade é encarada como uma ameaça para sociedades que tem como norma fundamental, para sua organização, a sacralização da diferença sexual. A visão que marca os corpos de “mulheres masculinas” como inadequados e os associa a uma patologia, a uma sexualidade predatória e perigosa, tem como consequência, para além do estigma evidente, a exclusão dessas mulheres nos espaços e instituições como a família, por exemplo (PLATERO, 2009). Como já comentamos neste trabalho, Platero ainda nos diz que, por romperem com esquemas binários de identificação e com o pressuposto da diferença sexual e mesmo da heterossexualidade enquanto uma norma a ser seguida, as mulheres que se apropriam de masculinidades estão expostas a resistências às suas existências pelos guardiães dos contornos e fronteiras dessas normas.

Bruna Andrade Irineu (2015) relata uma situação que viveu como professora:



Recordo de uma discente do curso em que leciono que, demasiadamente incomodada, me interpela: ‘professora, eu queria te fazer uma pergunta, sem querer ofender você.’. Antes que eu respondesse, olhando-me dos pés à cabeça, ela continua: ‘você não tem *vergonha* de ser assim? Eu gosto muito do seu trabalho e da sua aula mas, assim, eu acho que você deveria vir para universidade vestida de outro jeito, não tão diferente das nossas professoras?’. Eu – a Outra – vestia-me de camiseta, bermudas e sandálias sem salto, enquanto elas – as nossas professoras – vestem-se com saias, vestidos e sapatos de saltos. (p. 240).

Para a autora, essas situações são estratégias de humilhação que funcionam como uma forma de produzir constrangimento e de aterrorizar o Outro produzido socialmente. Berenice Bento (2011) afirma que “as reiterações que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica” (p. 552). Bento nos diz ainda que, tendo em vista que as práticas sexuais ocorrem no âmbito da vida privada, o controle da produção da heterossexualidade se concentra no gênero. Lembro-me de ouvir de uma treinadora, junto com minhas colegas de treino, que futebol era coisa de menino, até porque se jogássemos muito ficaríamos musculosas e nossos corpos muito masculinos. Lembro-me também de diversas vezes, enquanto jogávamos, ouvir pessoas gritando “sapatão”, “aquela ali parece um homem”, ou “você é muito bonita para jogar futebol”. Todas essas frases, de um modo de outro, funcionam como uma maneira de demarcar as fronteiras de gênero, o que é permitido e incentivado para as mulheres e o que não é.

Outra forma de discriminação e de lesbofobia, talvez mais sutil, mas não menos violenta, é a que Noeli caracteriza neste trecho de sua narrativa:

Mas no ambiente de trabalho, por exemplo, percebia que as pessoas ignoravam meu relacionamento, não perguntavam absolutamente nada sobre minha namorada, enquanto para uma outra colega de trabalho que namorava um homem sempre perguntavam sobre seu relacionamento, faziam brincadeiras sobre quando iriam se casar e coisas do tipo. (Noeli).

É muito comum que pessoas que mantêm relacionamentos não heteros tenham suas experiências afetivas e sexuais invisibilizadas ou, de alguma maneira, impedidas de serem narradas em espaços de convivência. Noeli percebe a diferença com que seus colegas de trabalho encaram o seu próprio relacionamento e o de sua colega, de maneira a legitimar o dela e a não reconhecer o seu. Para além da invisibilização dos relacionamentos lésbicos, podemos pensar também nos contextos de vulnerabilidade que se produzem a partir daí. Ao tornar o relacionamento um assunto tabu, algo sobre o que não se fala em espaços de convivência, as pessoas que os vivem acabam,



muitas vezes, tendo que lidar com situações de sofrimento e até mesmo de violências sem ter o amparo social que comumente há para quem vive relacionamentos heterossexuais. Para além disso, esse silenciamento acaba por incentivar o afastamento de pessoas não heteros de âmbitos familiares e/ou de convivência os quais se transformam em espaços de legitimação da lógica heteronormativa de estabelecimento de vínculos (PLATERO, 2009).

Gostaríamos de recordar neste momento a contribuição que faz Sandra Harding (1998) ao nos dizer que o feminino e o masculino não são produzidos em paralelo a outros marcadores, antes disso são concebidos na intersecção com classe, raça, cultura, etc. de maneira que a experiência de “ser maculina/o” ou “feminina/o” varia também por meio dos atravessamentos que são criados nesses encontros. A participante Manoela faz uma leitura interessante dos mecanismos de defesa que cria para lidar com as discriminações que muitas vezes sofre:

Eu me relaciono com mulheres há algum tempo e não tenho muitos problemas com isso nos espaços em que frequento. Resolvi ignorar as manifestações de preconceitos. Minha companheira, por exemplo, se preocupa mais do que eu, se sente mais constrangida e incomodada. Acredito que um pouco é por ela se relacionar com mulheres há pouco tempo e também é algo próprio dela se incomodar mais com os olhares alheios. Já eu não me preocupo tanto. Eu sou gorda e minha vida foi bastante marcada pelas pessoas me chamando de gorda, me censurando por isso e chegou um momento em que parei de reparar nessas coisas porque se eu continuasse a prestar muita atenção no que as pessoas achavam eu não ia conseguir ser quem eu queria ser. Acho que por isso consigo lidar de uma forma um pouco mais tranquila com as manifestações de preconceito e com os olhares acusadores hoje. (Manoela)

Como podemos notar, Manoela considera que o fato de ser e ter sido gorda por boa parte de sua vida faz com que ela lide melhor com o preconceito e as discriminações. Magdalena Piñeyro (2016) define como gordofobia a discriminação que sofrem pessoas gordas simplesmente pelo fato de o serem. A autora nos explica que, apesar de muitas pessoas sofrerem com provocações, chacotas, ou coisas do gênero, por conta de alguma característica física, a gordofobia está legitimada por um sistema ideológico que a produz, reproduz, difunde e reforça constantemente o ódio e o rechaço às pessoas gordas. Uma preocupação com a saúde muitas vezes é usada como argumento para justificar a necessidade da perda de peso, tendo em vista que o peso é considerado um “fator de risco”. Sobre esse assunto, Piñeyro nos explica que “fatores de risco” remetem a circunstâncias que acarretam uma exposição a um risco à saúde, ou aumentam a possibilidade de sofrer alguma lesão física/psíquica. Como exemplos de fatores de risco tem-se: a idade, a obesidade, a exposição a raios solares, o tabaco, a prática de sexo sem proteção, consumo de água



não potável, entre outros. A lista é grande e podemos observar que a eleição de quais são menos danosos, por exemplo, não é algo tão objetivo e as pessoas acabam por assumir alguns riscos dependendo do que vão tirar de proveito disso. Poucos são os fatores de risco que possuem o estigma que possui a gordura e, para além disso, ser magra/o não é sinônimo de ser saudável (PIÑEYRO, 2016). Pessoas magras e gordas podem vir a sofrer diabetes, colesterol alto, infartos, etc. coisas que são comumente associadas à obesidade.

Piñeyro (2016) também nos fala sobre a importância de nos atentarmos para a intersecção de opressões, que gera situações singulares para cada corpo, de modo que não é a mesma coisa ser uma mulher magra, por exemplo, e ser uma mulher gorda. Nesse sentido é interessante percebermos que, apesar de podermos dizer que Manoela sofre efeitos diretos de pelo menos três sistemas de opressão: machismo, lesbofobia e gordofobia, ela relata que o fato de ter conseguido desenvolver mecanismos de defesa contra a gordofobia lhe muniu também com estratégias para enfrentar outras manifestações de preconceito. Com isso não estamos querendo afirmar que Manoela avalia como positiva as manifestações de ódio e rechaço que sofreu por ser gorda, pretendemos apenas marcar o fato de que a participante relata um diferencial com relação à sua companheira no modo como lidam com a lesbofobia em seus cotidianos. Nesse sentido podemos pensar que os atravessamentos de diferentes marcadores produzem diferenças para além de uma simples soma de opressões e também são experienciados de modos muito singulares por cada pessoa.

2.3 Amor

Nossas concepções acerca do que é o amor estão atravessadas por discursos hegemônicos, por assim dizer, mas também por experiências pessoais, de pertencimento a determinados grupos, contextos, espaços que produzem discursos os mais diversos. Como nos diz Butler (2006), o “eu” é, de certa maneira, dependente das normas que os constitui mas, para além disso, aspira a uma relação crítica e transformadora com essas normas.

Quando Noeli discorre sobre o que significa o amor, ela faz alusão a contextos mais amplos do que os relacionamentos amorosos:

Para mim amor é algo indispensável na vida. Eu amo minha família, ela é indispensável, assim como a E [namorada]. O amor, para mim, se resume às pessoas que eu quero ter por perto, mesmo que não possa ter um contato cotidiano. São as pessoas que se tornam indispensáveis. (Noeli)



Não podemos deixar de nos lembrar e de trazer para o texto, tendo em vista o trecho destacado da narrativa de Noeli, a concepção de amor proposta por Maturana (2001). Para o autor, as emoções são apreciações de um(a) observador(a) sobre a dinâmica corporal do outro, a qual especifica um domínio de ação. Nada ocorre que não esteja fundamentado em uma emoção. Se todas as ações estão fundamentadas em alguma emoção, o social também é fundado por uma emoção. Maturana acredita que nem todas as relações humanas são sociais. Há diferentes tipos de relações humanas, dependendo da emoção que as fundamentam. Para ele, relações sociais são aquelas que estão fundamentadas no amor. E o amor nada mais é do que a aceitação do outro como um outro legítimo na convivência. Se não há aceitação mútua, então não há relação social. O amor, nessa perspectiva, constitui também o espaço de preocupação com o outro. Não há preocupação com o outro se ele não pertence ao domínio social no qual estamos inseridos. Por isso, para Maturana, as preocupações éticas não pertencem ao domínio do racional, mas sim do emocional, apesar de haverem também reflexões racionais. Podemos perceber alguns pontos em comum com esse pensamento também na fala de Marta:

O amor para mim é um sentimento de carinho com outra pessoa. Mais especificamente em relacionamentos, é algo que só vem a somar na nossa vida e não ser algo imposto e que nos faça mal. Acredito que quando duas pessoas se amam elas fazem tudo o que é possível para não magoar o/a parceiro/a, pois não há como ficar feliz vendo a pessoa que você ama triste... (Marta)

bell hooks (2012) nos diz que precisamos conceituar o amor, porque o fato de todo mundo ter um saber sobre o amor e ao mesmo tempo não saber o que ele significa produz mais violência. Ela afirma que é mais cômodo pensarmos que o amor pode ter um significado para cada pessoa, porque dessa forma evitamos ter que lidar com nossas próprias carências e/ou ter que admitir que em vários contextos, como o familiar, podemos não ter sido amados, apesar de termos sido cuidados, por exemplo. Pensando nisso, a autora nos oferece um conceito criado por Morgan Scott Peck no livro *Um camino sin huellas*, de 1978, a saber:

la voluntad de extender nuestro yo con el propósito de alimentar el crecimiento espiritual propio y el de otra persona”. Desarrollando la explicación, continúa: “El amor es lo que el amor hace. El amor es un acto de la voluntad –es decir, a la vez una intención y una acción –. La voluntad también implica elegir. No estamos obligados a amar. Elegimos amar. (HOOKS, 2012, pág. 265-266)

Para hooks, essa definição é importante pois torna o amor uma ação, mais do que um sentimento, de maneira que, ao se assumir tal definição, precisamos assumir também uma responsabilidade pelo ato de amar. Para além disso, hooks considera que as definições são



importantes enquanto pontos de partida para a imaginação. “Lo que no podemos imaginar no podemos llegar a ser” (HOOKS, 2012, pág. 269).

As formas de pensar e experienciar o amor também estão atravessadas pelas concepções que temos sobre gêneros e sexualidades. As cinco participantes acreditam que o amor entre mulheres é sempre mais cuidadoso, mais afetivo ou mais livre. Elas criam perspectivas diferentes para explicar essa afirmação. Para Malu, por exemplo, as opressões que marcam os corpos das mulheres fazem com que em um relacionamento entre elas o respeito esteja mais presente:

[...] percebo que o respeito entre duas mulheres é maior. Por sentirem as mesmas opressões e por compreenderem melhor o corpo uma da outra. Coisas do tipo que me fazem crer que, por se parecerem e por passarem por situações parecidas, as mulheres se relacionam melhor. (Malu).

Manoela também parece considerar o machismo na produção dos corpos masculinos e femininos enquanto um fenômeno muito presente na construção dos relacionamentos amorosos:

O que sinto muito na mulher é uma delicadeza no afeto. Entendo a delicadeza como um estado detalhado de atenção, carinho e cuidado. O delicado consegue ser intenso e ao mesmo tempo leve. Acho que tenho essa sensação, porque os homens são educados desde criança a serem brutos, durões, diante disso é mais raro encontrar um homem delicado. (Manoela).

Podemos perceber que, apesar de Malu e Manoela afirmarem que um relacionamento entre mulheres tem como diferencial o respeito e uma delicadeza, as duas situam essas questões como consequências de sistemas de opressão. Já para Noeli a explicação está mais ligada a aspectos biológicos:

Dos meninos que já namorei nenhum se compara a pior das minhas namoradas no aspecto de carinho e companheirismo. Vejo meus amigos gays transando casualmente com uma facilidade e naturalidade que não vejo acontecer entre as lésbicas. Acredito que deva haver uma explicação biológica para isso, mas vejo que os gays se importam menos em conhecer com quem vão transar e a transa se torna o objetivo do contato. (Noeli)

Rubin (2003), em entrevista concedida a Judith Butler, afirma que o feminismo lida, muitas vezes, de uma maneira inadequada com práticas sexuais, mais especificamente com aquelas não convencionais. Para a autora, as teorizações feministas acerca dos comportamentos sexuais eram, na maior parte das vezes, carregadas de um determinismo biológico. Ela relata o fato de que, pela contratação de uma transexual no final da década de 1970, Sandy Stone, pela Olivia Records, uma boa parte de artigos veiculados pela imprensa lésbica começaram a discursar sobre “como as



mulheres nascem e são feitas” (RUBIN, BUTLER, 2003, pág. 170). Rubin nos diz que nesse período quase todas as práticas sexuais não convencionais eram retratadas em algum lugar dos feminismos sob termos negativos. “Transexualismo, homossexualismo masculino, promiscuidade, sexo público, travestismo, fetichismo e sadomasoquismo – tudo isso era condenado pela retórica feminista, e se atribuía a cada um deles uma certa responsabilidade na criação e na manutenção da subordinação das mulheres.” (RUBIN, BUTLER, 2003, pág. 176). Como consequência dessa postura, a autora afirma que os feminismos acabaram por eleger práticas sexuais e populações minoritárias como um dos grandes inimigos da liberdade das mulheres eximindo, de certa maneira, a responsabilidade de grandes instituições, tais como a família, a educação, a religião, a falta de direitos, etc.

Rafaela Cyrino (2013) nos diz que as críticas feministas questionaram tanto as relações assimétricas entre homens e mulheres quanto colocaram em questão a atribuição de fundamentos biológicos para a legitimação de relações sociais. No entanto a autora acredita que se corre o risco de substituir um determinismo biológico por um determinismo social, o qual acaba por atribuir um processo de submissão quase que automático às normas de gênero não abrindo espaço, portanto, para a investigação das rupturas e incoerências deste sistema. Butler (2015) afirma que precisamos nos perguntar se o sujeito que se apropria de normas morais não é, ao mesmo tempo, condicionado por elas. Mas, para além disso, não podemos perder de vista, como nos diz ainda Butler, que o sujeito negocia de “maneira vital e reflexiva” (2015, pág. 21) com as normas e regras que viabilizam sua existência. Consideramos necessário tomar cuidado para não cair em determinismos sócio/culturais os quais acabam por contribuir com a manutenção de determinadas normas e por disseminar a concepção de que ser homem ou mulher é algo dado e inevitável (CYRINO, 2013).

A questão da monogamia também foi problematizada por algumas das participantes. Para Marta, por exemplo:

Existem diversos tipos de relacionamentos entre duas pessoas, relacionamentos abertos, fechados, poliamor... acredito que todos são válidos desde que essa decisão tenha sido decidida de comum acordo e sem pressões. Os dois relacionamentos que eu vivenciei foram monogâmicos, pois nem eu e nem meus parceiros(a) nos sentimos confortáveis com algo diferente disso. (Marta).

Noeli também reflete sobre o tema:

Penso também que, no silêncio, o relacionamento é sempre monogâmico. Para mim isso parece claro. Já conversei algumas vezes com a minha namorada sobre a possibilidade de nosso relacionamento deixar de ser monogâmico, mas não chegamos a um acordo. A traição, neste sentido, surge como uma



situação de que, aparentemente, sua companheira não lhe basta. Não penso que seja assim, mas na medida em que isso me é imposto eu sigo e cobro da maneira como sou cobrada. Então acredito que traição, em qualquer tipo de relacionamento, é você agir de forma adversa àquela que você deveria ter seja por uma imposição moral, por confiança, pacto ou por caráter. Se me foi exigido, e eu aceitei, essa exigência espontaneamente, o mínimo que se espera de mim é que eu cumpra minha palavra. (Noeli).

O simples fato de Marta trazer para a discussão outras formas de se relacionar para além da monogâmica já aponta para uma problematização que ela faz acerca da existência de outras configurações, ainda que afirme só ter vivido relacionamentos monogâmicos. Para além disso, Marta nos diz que o mais importante é que as pessoas envolvidas tomem decisões de comum acordo e sem se sentirem pressionadas. Consideramos essa afirmativa muito importante e potente tendo em vista que partimos do pressuposto de que não podemos afirmar que uma determinada configuração de um relacionamento seja, em si, mais libertária do que outras. Sabemos que mecanismos de opressão podem se manifestar em quaisquer tipos de relacionamentos, sejam eles monogâmicos ou não. Dessa maneira, não consideramos que haja relacionamentos mais “livres” do que outros apenas por se configurarem de maneiras menos convencionais. O que não significa desconsiderar a imposição que nos é feita cotidianamente para estarmos em relacionamentos monogâmicos e heterossexuais e o efeitos disso. Apenas não queremos perder de vista a advertência que nos faz Rolnik (2011): uma determinada configuração é boa se ela é capaz de permitir a passagem dos afetos.

Conclusões

Como já discutimos neste trabalho, as normas de gênero atuam de maneira a normalizar todos os corpos e não apenas aqueles que correspondem a uma linearidade entre sexo-gênero-desejo-prática sexual. Com as participantes dessa pesquisa tivemos a oportunidade de vislumbrar produções singulares de modos de operar. Se em alguns momentos percebemos que foi importante para elas se assentarem sobre maneiras de funcionar já bem estabelecidas, também foi possível perceber movimentos de rupturas, de resistências a mecanismos de repressão e de violências. Acreditamos na potência do cotidiano e das micropolíticas. Manoela nos fala sobre a possibilidade de ver no que ela chama de rótulos uma espécie de ponto de encontro que não precisa se constituir em uma morada permanente. Noeli relata uma vida de resistências tanto a normalizar seu corpo ainda na infância para determinadas ações, gestos, brincadeiras, mas também depois de adulta ao enfrentar uma família que não aceita sequer sua companheira na mesa do café, ao ter que lidar com colegas de trabalho que invisibilizam seu relacionamento e o tratam como menos digno de legitimidade. Marta e Malu refletem sobre as diferenças de tratamento que recebem em diferentes



ambientes, como na universidade e em espaços de trabalho ou de lazer e como precisam lidar com manifestações hostis de outras pessoas que variam desde o receio até o desprezo e a violência. Todas essas experiências produzem corpos singulares e vivências específicas que não se fazem unicamente tendo como parâmetro a sexualidade de cada uma dessas mulheres.

Trabalhar com gênero e sexualidade implica em rever nosso lugar nas relações, o modo como aparecemos ou não para outras pessoas e também em resistir a processos de opressão e invisibilização que insistem em nos capturar. É difícil e doloroso perceber que pessoas que amamos se negam, inclusive, a saber qual é o tema principal de uma pesquisa quando isso implica ter que lidar com o fato de que se tem uma filha sapatão, ou uma amiga, uma sobrinha... Resistimos quando afirmamos a importância do nosso objeto de pesquisa, quando insistimos em não apagar o que fazemos. Resistimos quando é difícil falar e, ainda assim, não nos calamos. Resistiremos!

Referências

- ALMEIDA, G. Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e Aids entre mulheres que se autodefinem como lésbicas. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 [2]: 301-331, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n2/v19n2a04.pdf>
- ANZALDUA, Glória. Los movimientos de rebeldia y las culturas que traicionan. In: HOOKS, B. *et. all. Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras*. Madrid: Traficante de sueños, 2004.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 336 Agosto. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016/19404>
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2010.
- BUTLER, Judith. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. A invenção da homossexualidade. *Bagoas*. n.02, 2008, pág. 71 -93. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v02n02art03_ceccarelli.pdf
- COLLING, Leandro. NOGUEIRA, Gilmaro. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: RODRIGUES, A. DALLAPICULA, C. FERREIRA, S. R. *Transposições: lugares em fronteiras em sexualidade e educação*. Vitória: EDUFES, 2015, p. 171-183.
- CYRINO, Rafaela. A categorização do masculino e do feminino e a ideia de determinismo cultural: uma crítica epistemológica aos usos normativos do gênero. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386352836_ARQUIVO_RafaelaCyrino.pdf
- FACCHINI, Regina. *Entre umas e outras: mulheres (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. 23 de junho de 2008, 323f. Tese de doutorado apresentada ao programa de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.
- FACCHINI, Regina. Políticas para “lésbicas” e para “sapatões”: diversidade, diferenças e o enfrentamento ao heterossexismo. In: POCAHY, F. *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer*. Porto Alegre: Nuances, 2010.



- HALBERSTAM, Judith. *Masculinidad femenina*. Trad. Javier Sáez. Barcelona: Editorial egales, 2008.
- HARDING, Sandra. *¿Existe un método feminista?* Trad: Glória Elena Bernal. 1998.
- HOOKS, Bell. Claridad: Dar palavras al amor. Trad.: Virginia Villaplana Ruiz. *Arte y políticas de identidade*. Vol. 6 2012.
- IRINEU, Bruna Andrade. Resistência e (re)existência ‘sapatão’ em um estado da região norte: ‘corpo político’ e produção de conhecimento. In: SEFFNER, F.; CAETANO, M. *Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagogias e políticas públicas*. Rio Grande: Ed. Da FURG, 2015.
- JULIANO, Dolores; OSBORNE, Raquel. Las estrategias de la negación. Desentenderse de las entendidas. In: PLATERO, R. *Lesbianas, discursos y representaciones*. Madrid: Editorial Melusina, 2008.
- MACHADO, Tânia Cristina; À vista (des)armada: casais de mulheres e expressão pública de afetos. *Configurações*: Online, 15, 2015. Disponível em: <https://configuracoes.revues.org/2604>
- MATURANA, Humberto. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Organização e tradução Cristina Magro, Victor Paredes, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>
- PIÑEYRO, Magdalena. *Stop gordofobia – y las panzas subversas*. Málaga Ed: Zambra: Iniciativas Sociales. 2016.
- PLATERO, R. La construcción del sujeto lésbico. In: PLATERO, R. *Lesbianas, discursos y representaciones*. Madrid: Editorial Melusina, 2008.
- PLATERO, R. La masculinidade de las biomujeres: marimachos, chicanos, camioneras y otras disidentes. *Jornadas Estatales Feministas de Granada*. Mesa Redonda: Cuerpos, sexualidades y políticas feministas. 06 de Diciembre de 2009.
- PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 2011, pág. 11-20. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n1/a02v19n1.pdf>
- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina/Editora UFRGS, 2011.
- RUBIN, Gayle BUTLER, Judith. Tráfico sexual – entrevista. *Cadernos Pagu* (21) 2003: pp.157-209. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a08.pdf>
- SILVA, Cristiane Gonçalves *Sexualidade e orientação sexual - Módulo 3*. 2015. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional – Módulo didático para curso de especialização EAD).
- SILVA, J. M. Espaço interdito e a experiência urbana travesti. In: SILVA, J, M.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. *Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013.
- SOARES, G. S. & SARDENBERG, C. M. B. *Assumindo a lesbianidade no campo teórico feminista*. 2010 Disponível em: http://www.sbsociologia.com.brportal/idoc_download&gid=2186&Itemid=171
- TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva. Apontamentos para uma psicologia contra-homofóbica. In: Conselho Federal de Psicologia. (Org.). *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. 1ed. Brasília: CFP, 2011, v. 1, p. 49-66.
- TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva *Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade*. *Estudos e pesquisas em psicologia*. UERJ, RJ. 2010. Pág 729-749. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v10n3/v10n3a06.pdf>
- TRUJILLO, Gracia. Sujetos y miradas inapropiables/adas: el discurso de las lesbianas queer. In: PLATERO, R. *Lesbianas, discursos y representaciones*. Barcelona: Editorial Melusina S.L, 2008.

